

O impacto da Zona Franca de Manaus - ZFM no desenvolvimento do Estado do Amazonas: a eficácia do modelo

Paulo Sergio Maciel M.Sc. (UFAM) pmaciel@suframa.gov.br

Waltair Vieira Machado Ph.D. (UFAM) waltair.machado@ufam.edu.br

Alexandre A.F. Rivas Ph.D. (UFAM) Alex_mau@argo.com.br

RESUMO

Analisa a eficiência da Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA na implantação do modelo Zona Franca de Manaus - ZFM, concebido para alavancar o desenvolvimento auto-sustentado da região e a eficácia da sua atuação bem como os impactos observados no Desenvolvimento do Amazonas. A abordagem adotada no estudo foi permeada por conceitos e ferramentas de análise disponíveis na Engenharia de Produção, especificamente aquelas relacionadas aos indicadores de Eficácia e Eficiência aplicáveis em modelos de gestão de rotinas de produção. Os indicadores de desempenho mostraram que o modelo foi bastante eficaz em atingir boa parte dos objetivos originalmente traçados. Pesa, contudo, sobre o modelo, a constatação de que não foi eficiente o bastante para garantir o desenvolvimento auto-sustentável da região até os dias atuais. Faz-se uma análise de alguns indicadores socioeconômicos discutidos no trabalho, no sentido de subsidiar os agentes públicos e privados a planejarem de forma mais consistente as ações voltadas à exploração racional e auto-sustentada do potencial econômico da região e ao conseqüente desenvolvimento social de sua população.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, ZFM, Eficácia.

1 Introdução

O presente estudo buscou identificar os impactos positivos e negativos sobre o desenvolvimento do Estado do Amazonas após a implantação do modelo ZFM. O conceito de indicadores de desenvolvimento é usado como técnica de avaliação, porque permite evidenciar a eficácia do modelo em atingir grande parte dos seus objetivos. Permite também evidenciar se o modelo foi ou tem sido eficiente em atingir seus objetivos com a qualidade e expectativa desejadas. Assim sendo, abordou-se o modelo ZFM sob essas óticas, sugerindo ações investigadoras e de aperfeiçoamento.

2 Noções de Desenvolvimento Socioeconômico

O desenvolvimento econômico é originário de novas combinações de fatores de produção e de mudanças revolucionárias, irreversíveis e descontínuas da função de produção agregada, resultando em inovações, tais como: novo produto a ser oferecido aos consumidores, novo método de produção, abertura de novos mercados, descoberta de novas fontes de matérias-primas e surgimento de uma nova organização industrial.

O desenvolvimento econômico pressupõe a expansão da atividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou serviços e pela troca de informações e de símbolos (PERROUX, 1981).

O conceito do desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno (CHENERY *apud* SOUZA, 1999).

O conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social, porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...]. O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico (FURTADO, 1983).

3 Contextualização

Os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima formam a chamada Amazônia Ocidental, ocupando uma área de 2,2 milhões de km², porém somente o Amazonas representa mais da metade dessa área. Até meados dos anos 60, essa região estava marginalizada do processo de industrialização da economia brasileira. A industrialização do Estado do Amazonas encontrava obstáculos no tamanho do mercado local e no seu afastamento dos grandes centros consumidores.

Até 1960, as indústrias instaladas eram para atender o consumo interno do Estado, e os seus principais gêneros de produção eram: alimentação, utilidade pública, vestuários, calçados, tecidos, madeiras, editoriais e gráficos. O setor terciário do Estado do Amazonas apresentava evidente hipertrofia antes da criação da ZFM. Na sua grande maioria era constituído por empresas que comercializavam alimentos, bebidas, estimulantes, produtos agropecuários e extrativos, e os serviços eram constituídos por empresas de confecção e reparação.

Para incentivar a industrialização do Amazonas foi criada em Manaus a ZFM, administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, e para incentivar o setor primário foi criado o Distrito Agropecuário do Amazonas DAM. Esse modelo representou um grande marco no desenvolvimento econômico desse Estado.

4 Impactos da Implantação da ZFM no Estado do Amazonas

De acordo com os estudos realizados pode-se enumerar os seguintes impactos decorrentes da implantação do modelo ZFM no desenvolvimento do Amazonas independentemente do mérito se positivo ou negativo:

a) Redução da importância do setor primário para a economia do Estado;

A grande euforia do desenvolvimento advindo da ZFM causou o decréscimo relativo da atividade agropecuária no Estado. O que não quer dizer que houve redução em termos absolutos, mas o meio rural deixou de acompanhar o ritmo das necessidades e

proporcionalmente perdeu a base produtiva de sua cadeia econômica. A participação da agropecuária na composição do PIB entre 1986 a 1999 constata esse fato, pois passou de 6,93% em 1986 para 2,66% em 1999 (SEAD, 2002).

b) Crescimento populacional vertiginoso da cidade de Manaus;

O desenvolvimento das atividades industriais e comerciais da ZFM proporcionou uma grande demanda de mão-de-obra, exercendo uma atração surpreendente nas populações de outros Estados e nos demais municípios amazonenses economicamente estagnados e sem meios de oferecerem alternativas para melhorar as condições de vida de seus habitantes. Sendo assim, a população da capital foi multiplicada por 8 vezes no período de 1960 a 2000, destacando-se como a capital brasileira que mais cresceu percentualmente em termos populacionais. Em 2000, sua população representava 49,9% do Estado, enquanto que em 1960 representava 24,3 % (IBGE, 2002).

c) Concentração das atividades econômicas na cidade de Manaus;

A ZFM veio fortalecer a tendência de centralização da economia em Manaus, considerando as seguintes concentrações ocorridas em 2001: 92,79% dos empreendimentos industriais incentivados pelo modelo, 99,38% dos investimentos fixos realizados e 97,62% do nível total de empregos (SUFRAMA, 2002). Como resultado da concentração das atividades econômicas na capital, aumentou a participação relativa no PIB do Estado, pois em 1970 era de 64,27%, 84,15% em 1980, 86,16% em 1990 e 82,61% em 1996 (VIRGULINO *et al*, 2002). Outra consequência é que a capital arrecadou anualmente acima de 98% do total das receitas tributárias do Amazonas no período de 1995 a 1999; 97,27% em 2000 e 96,64% em 2001 (SEFAZ.AM, 2002).

d) Estagnação econômica do interior;

Embora não se possa garantir que tenha havido falhas na concepção do modelo, eram de se prever os impactos concentradores dele decorrentes: o interior concentrou no ano de 2001 menos de 7,21% dos empreendimentos industriais incentivados pela SUFRAMA, menos de 0,62% dos investimentos fixos realizados e menos de 2,38% do nível de empregos gerados (SUFRAMA, 2002). Como resultado desses fatos teve a sua participação reduzida no total do PIB estadual, pois no ano de 1970 era de 35,72% e passou para 17,39% em 1996 (SEAD, 2002), e a arrecadação do interior anualmente foi inferior a 1,97% do total das receitas tributárias do Amazonas no período de 1995 a 1999; 2,73% em 2000, passando para 3,36% em 2001 (SEFAZ.AM, 2002).

e) Balança comercial deficitária;

A Balança Comercial do Estado era superavitária no período de 1965 a 1967 e passou a ser deficitária no período de 1968 a 2001. O déficit era inferior a US\$ 1 bilhão até o ano de 1992, mas a partir de 1993 atingiu valores superiores a essa cifra. A média das importações no período de 1994 a 2001 foi de US\$ 3.506 milhões e das exportações, US\$ 366 milhões (SECEX, 2002).

f) Reestruturação das atividades econômicas do Amazonas;

A evolução da ZFM contribui para a reestruturação das atividades econômicas do Estado. Como pode ser observado no período de 1986 a 1999, as principais atividades econômicas que aumentaram a sua participação no PIB estadual foram: administração pública, defesa e seguridade, passando de 9,18% para 13,21%; construção, passando de 6,21% para 9,38% e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, passando de 2,91% para 9,37%. Somente a atividade agropecuária perdeu importância, pois sua participação relativa era de 6,93% em 1986 e foi reduzida para 2,66% em 1999 (SEAD, 2002).

g) Dependência do modelo de desenvolvimento ZFM.

Esse impacto decorre do fato de que a sociedade, principalmente, a classe política tira proveito da grande arrecadação de tributos gerados no pólo e não se esforça em buscar alternativas viáveis ao modelo. Dentro dessa realidade, o Estado não apresentou nenhum projeto de desenvolvimento regional para construir a sustentabilidade do Amazonas, tão vasto em possibilidades, recursos naturais ainda não descobertos, diversidade biológica, recursos hídricos abundantes e insolação durante todo o ano. Entretanto, apresenta algumas dificuldades como baixa densidade demográfica, falta de infra-estrutura de transporte, de energia e de telecomunicação e pressões para preservar a floresta amazônica.

5 Consolidação do Desenvolvimento do Estado

O desenvolvimento ocorrido no Amazonas após a criação da ZFM foi avaliado, utilizando-se o crescimento populacional, a População Economicamente Ativa - PEA, o crescimento do emprego no setor secundário (PERROUX, 1981), o desempenho das exportações (SOUZA, 1999) e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (RDH 1997, 2003).

a) Crescimento populacional;

A população do Amazonas era de 249.756 habitantes em 1900 e 2.813.085 habitantes em 2000. O crescimento aritmético médio anual no período de 1940 - 1950 foi de 1,74 e passou para 5,08 em 1970 - 1980, quando ocorreu a melhor fase de desenvolvimento da ZFM. Entre 1960 - 2000, a população do Estado foi multiplicada por cerca de 4 vezes (IBGE, 2002).

b) População Economicamente Ativa - PEA;

A evolução da participação da PEA total do Estado em relação a sua população permaneceu praticamente constante nos anos de 1960 (29,53%) a 1999 (29,99%). Nesse período analisado, a participação média da PEA total em relação à população estadual ficou em torno de 29,47% (BENTES *et al*, 2001).

c) Desempenho das exportações;

As exportações do Amazonas cresceram 7.963% entre os anos de 1965 a 2001. No período de 1990 a 2001, comparando-se a evolução da balança comercial, verificou-se um crescimento de 377,42% nas exportações e 509,83% nas importações. Nos anos de 1998 a 2001, as exportações tiveram um melhor desempenho, pois cresceram 219,85%, e as importações, 9,60%. Analisando-se a evolução dos dados de exportação e de importação entre os anos de 1996 a 2001 e comparando (dividindo) cada déficit anual com a respectiva exportação realizada, observa-se que a relação vem diminuindo anualmente. Em 1996, as importações representavam aproximadamente 30 vezes as exportações e em 2001, torno de 4 vezes (SECEX, 2002).

d) Crescimento do emprego no setor industrial;

A evolução do emprego no setor secundário do Estado, apresentou um crescimento de 28,78% no período de 1940 a 1960, de 1.027,01% no período de 1960 a 1999 e de 1.351,28% no período de 1940 a 1999 (IBGE, 1956, 1960 e 1999).

e) Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Três indicadores são usados para o cálculo do IDH. O primeiro refere-se à saúde e é captado por meio da esperança de vida ao nascer. O segundo trata da educação, sendo mensurado com base na taxa de alfabetização de adultos, juntamente com a taxa de matrícula combinada nos três níveis de ensino. O terceiro visa a aferir a renda das pessoas em seu próprio país, e é

medido pelo PIB per capita ajustado para diferenças no custo de vida de cada país, sendo o resultado expresso em PPP\$ (dólar da paridade do poder de compra) (RDH 1997, 2003).

1) Esperança de vida ao nascer (anos);

A esperança de vida ao nascer teve um crescimento de 24,57% entre 1970 a 1996 (RDH 1970-1996, 2002).

2) Taxa de alfabetização de adultos (%) e taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino (%);

A taxa de alfabetização de adultos aumentou 26,91% entre 1970 a 1996, e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino cresceu 85,42% entre 1970 a 1996 (Id., ibidem).

3) PIB (US\$ PPC).

O PIB per capita (US\$ PPC) teve um crescimento de 259,40% entre 1970 a 1996 (RDH, 1970-1996, 2002).

Analisando o desenvolvimento do Amazonas, verifica-se a ocorrência de um vigoroso surto de crescimento entre 1970 a 1980, em que o PIB a custo de fatores cresceu 269,13%. A economia nos anos de 1980 a 1990 sofreu uma desaceleração, pois o PIB a custo de fatores cresceu 50,70% nesse período. A desaceleração da economia foi bem mais acentuada entre os anos de 1990 a 1996. Nesse período, o PIB a custo de fatores cresceu somente 5,66% (SEAD, 2002).

O PIB a preço de mercado corrente apresentou um crescimento de 6,85% entre os anos de 1997 a 1999 (Id., ibidem).

Vale ressaltar que o crescimento do PIB (valor adicionado a preços básicos) não abrangeu todas as atividades econômicas como é a situação da agropecuária que decresceu 75,32% entre os anos de 1985 a 1996 e 61,61% no período de 1986 a 1999% (SEAD, 2002).

Finalmente, o IDH teve um crescimento de 77,35% entre 1970 a 1996 (RDH 1970-1996, 2002).

A classificação do Estado era de baixo desenvolvimento humano ($IDH < 0,5$) em 1970, passando para a classificação de médio desenvolvimento humano ($0,5 \leq IDH < 0,8$) a partir de 1980 (Id., ibidem).

Após análise efetuada através dos conceitos econômicos utilizados, chega-se à conclusão de que a economia amazonense apresentou desenvolvimento, pois antes da implantação da ZFM, estava estagnada e atualmente encontra-se integrada no cenário nacional e internacional. Com o aumento dos investimentos privados, da renda, dos empregos, das exportações, da melhoria do IDH, etc., o Estado terá melhores condições de consolidar o atual desenvolvimento, criar e elaborar alternativas para avançar o processo de desenvolvimento sustentável da região, dando maior ênfase às necessidades das comunidades do interior e apoiando medidas adotadas pela SUFRAMA para aumentar as exportações da ZFM, objetivando a consolidação do modelo.

6 A Eficácia do Modelo

Para avaliar qualitativamente a atuação da SUFRAMA e a eficácia da implantação do modelo ZFM no interior da Amazônia e permitir a emissão de juízo de valor, foram estabelecidas as metas programadas no Decreto-lei nº 288/67, quais sejam: criação de um centro comercial, centro industrial e centro agropecuário, e no tocante ao desenvolvimento do Estado do Amazonas, foi adotado o IDH, que é uma medida resumo, pois aborda as três dimensões

básicas do desenvolvimento (uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida digno) (RDH, 2002).

a) Centro comercial;

O comércio e o serviço existentes antes da implantação do modelo eram para atender o consumo interno e as necessidades da comunidade local. Os principais ramos de comércio eram de produtos alimentícios, bebidas, agropecuários e extrativos; e os de serviços eram de cafês, bares e botequins. Havia no estado 3.888 estabelecimentos, ocupando 10.385 pessoas em 1960 (IBGE, 1960), e 7.344 estabelecimentos, ocupando 83.056 pessoas em 2000, equivale um crescimento de 700% (IBGE, 2000).

Logo após a implantação da ZFM, ocorreu um crescimento muito significativo nas atividades comerciais, principalmente de produtos importados, atraindo vários lojistas e turistas. A participação do setor terciário no PIB do estado era de 37,49% em 1986, passando para 55,07% em 1999, representando um crescimento de aproximadamente 47% nesse período (SEAD, 2002).

Atualmente, o Estado conta com um centro comercial dinâmico, com várias empresas locais, nacionais e algumas multinacionais. Esses estabelecimentos atuam em vários tipos de atividades comerciais e de serviços, principalmente para atender as demandas do setor industrial e as necessidades da população de uma sociedade moderna.

b) Centro industrial;

O número de empresas com projetos aprovados pela SUFRAMA era 47 em 1975 e 416 em 2001, equivalendo um crescimento de 785% no período. O faturamento dessas empresas foi de US\$ 9.925 milhões em 2001 (SUFRAMA, 2002).

A estrutura industrial do Estado era de 313 estabelecimentos, ocupando 4.395 pessoas em 1960 e de 605 estabelecimentos, ocupando 49.532 pessoas em 1999. Nesse período, o crescimento do número de estabelecimentos foi de 93% e da mão-de-obra empregada foi de 1.027% (IBGE, 1960 e 1999).

Os principais gêneros de indústrias existentes em 1960 eram de produtos alimentícios, mobiliário, madeira, química, têxtil, da borracha, vestuários, calçados e artefatos de tecidos (IBGE, 1960). Em 1999, foram incorporados às atividades econômicas do Estado outros segmentos industriais importantes, destacando-se a fabricação de artigo de borracha, de plásticos, de materiais eletrônicos, de aparelhos e equipamentos de comunicação, de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, de instrumento de precisão e ópticos, de cronômetros e relógios e de equipamentos de transporte (IBGE, 1999).

O setor secundário foi o que apresentou melhor desempenho, pois os incentivos fiscais atraíram várias indústrias nacionais e estrangeiras, tais como: Philips, Gradiente, Samsung, LG, Sony, Multibras, Moto Honda, Gillette, Siemens, Coca-cola, Pepsi-Cola, Panasonic, Videolar, e outras. As atividades industriais estão diversificadas, produzindo com qualidade, e vários produtos estão sendo exportados.

c) Centro agropecuário;

O Distrito Agropecuário possui uma área de aproximadamente 590.000 hectares em terra-firme e 5.400 hectares na Ilha de Marchanteria. Possui 240 projetos aprovados, ocupando 4.055 pessoas (SUFRAMA, 2002). Contudo teve pouca eficiência, considerando-se os seguintes pontos: a maior parte da sua área está localizada em terra-firme, entretanto, o melhor solo para cultivo na Amazônia seria o localizado nas várzeas; falta de tradição

agrícola no Estado e a necessidade de grande quantidade de adubos e fertilizantes para corrigir o solo, encarecendo o produto final (MOLION *apud* BENCHIMOL, 1989).

A participação da agropecuária na composição do PIB do Estado reduziu 61,61% no período de 1986 a 1999, pois passou de 6,93% para 2,66% (SEAD, 2002).

d) IDH do Amazonas.

O IDH do Estado era de 0,437 em 1970, passando para 0,775 em 1996. A classificação do Estado era de baixo desenvolvimento humano em 1970 ($IDH < 0,5$), passando para médio desenvolvimento humano em 1996 ($0,5 \leq IDH < 0,8$) (RDH 1970-1976, 2002).

Finalmente, pode-se emitir um juízo de valor na avaliação qualitativa do modelo ZFM que de uma maneira geral foi muito eficaz de acordo com as considerações anteriores. Porém, pesa contra o modelo o fato de não ter sido capaz de alavancar a economia do interior, considerando os seguintes pontos observados: Manaus concentra as atividades industriais e comerciais incentivadas acima de 97% do total dos empreendimentos aprovados pela SUFRAMA; a capital arrecadou acima de 98% do total das receitas tributárias do Amazonas no período de 1995 a 1999, e as atividades desenvolvidas na capital contribuíram na geração do PIB do Estado com participações entre 64,24% a 86,71% nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990.

7 Conclusão

É inquestionável a eficiência e a importância da ZFM no desenvolvimento da região, pois após 35 anos da implantação do modelo, já existem evidências suficientes para a realização de um julgamento razoavelmente acurado dos resultados alcançados no processo de desenvolvimento sustentado do Amazonas.

O setor secundário foi a que apresentou maior desempenho e sucesso. As indústrias instaladas na ZFM, na sua grande maioria, são usuárias de tecnologia avançada e apresentam um elevado grau de integração nacional e internacional. Movidas pelo processo de globalização, essas indústrias têm-se desenvolvido e modernizado, contribuindo para a integração da economia do Amazonas à economia mundial.

Os resultados favoráveis alcançados pelo modelo até o momento, não devem servir para obscurecer as novas ações que deverão ser incrementadas pela SUFRAMA e pela sociedade amazonense no que se refere ao aumento das exportações, à canalização de recursos para explorar as potencialidades regionais, objetivando alavancar as atividades econômicas do interior.

Agradecimentos:

Os autores são gratos à SUFRAMA e à Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL pelo apoio financeiro ao projeto.

Referências

- BENCHIMOL, S. (1989) - *Amazônia: planetarização e moratória ecológica*. Manaus: ISEA, p.101.
- BENTES, R.M.; MACHADO, J.A.C. & KAM-CHINGS, M.H.L. (2001) - Estudos Sócio-econômicos do Estado do Amazonas e do Município de Manaus. *Universidade do Amazonas*. Manaus. 1 CD ROM.

DECRETO-LEI Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. *Zona Franca de Manaus: - Legislação Federal*, Manaus, p. 39-59, 1996.

FURTADO, C. (1983) - *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, p.78.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1956) - *Censos Demográficos e Econômicos. Estado do Amazonas*. Rio de Janeiro, Série Regional, v. VIII.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960) - *Censos Comercial e dos Serviços de 1960. Acre - Amazonas - Pará*. Rio de Janeiro, Série Regional, v. IV, Tomo II.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1960) - *Censo Industrial de 1960 - Rondônia - Acre - Amazonas - Roraima - Pará - Amapá*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional, v. III, Tomo I.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1999) - Departamento Industrial. *Pesquisa Industrial 1999*. Rio de Janeiro, Empresa, v. 18.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2001) - *Pesquisa Anual de Serviços. Amazonas - 2000*. Rio de Janeiro, v. 2.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002) - *Pesquisa Anual de Comércio. Amazonas - 2000*. Rio de Janeiro, v.12.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002) - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar.

PERROUX, F. (1981) - *Ensaio sobre A Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil 1970-1996. (2002) - Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/RDHPNUD.asp>. Acesso em: 16 ago.

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil 1997. (2003) - Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/Rdr97/rdh97.htm>. Acesso em: 12 mai.

RDH - Relatório do Desenvolvimento Humano de 2002. (2002) - Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/default.asp>. Acesso em: 16 set.

SEAD - Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência. (2002) - *Contas regionais de Estado do Amazonas; produto interno bruto - PIB*. Manaus: DEP, 20f.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior (2002) - <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: mai.

SEFAZ.AM - Secretária da Fazenda do Estado do Amazonas. (2002) - *Receitas tributárias do Estado do Amazonas*. Disponível em: <http://www.sefaz.am.gov.br>. Acesso em: 20 mar.

SOUZA, N. de J. (1999) - *Desenvolvimento brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus - ZFM. (2002) - Disponível em: <http://www.suframa.gov.br>. Acesso em: 06 jan.

VERGOLINO, J. R. de O.; GOMES, G. M. & NETO, A. M. (2002) - *Produtos Internos Brutos dos Municípios Brasileiros: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1996 (Metodologia de Estimação)*. Brasília: IPEA, (Texto para Discussão, S/Nº). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 jan.